



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1007633-06.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Anulação e Correção de Provas / Questões**
 Requerente: **Alessandro Pereira Lopes**
 Requerido: **Fundação para O Vestibular da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Vunesp e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95 e, afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos, passo à imediata prolação da sentença, nos termos do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil.

Fundamento e decido.

Trata-se de Ação Anulatória ajuizada por Alessandro Pereira Lopes contra a Fazenda Pública do Estado de São Paulo e a Fundação para o Vestibular da Universidade Estadual Paulista – Júlio de Mesquita Filho – VUNESP, objetivando a anulação da questão de nº 45 do Concurso Interno de Seleção para o Curso de Formação de Sargentos e, consequentemente, sua reclassificação no certame.

Afasto a preliminar de ilegitimidade passiva alegada pela Fazenda Pública do Estado, uma vez que o concurso foi promovido pela Polícia Militar de Estado de São Paulo, ente despersonalizado cuja representação em Juízo incumbe à pessoa jurídica de direito público ré.

O fato de a ré haver contratado a Fundação VUNESP para organizar o certame não lhe retira a responsabilidade por eventuais falhas na sua realização.

A preliminar de impossibilidade jurídica alegada pela VUNESP se confunde com o mérito e com ele será apreciada.

No mérito, o pedido é improcedente.

Na esteira do que já se consignou a respeito, quando do exame do pedido da antecipação dos efeitos da tutela, o cerne da questão é verificar se a violência doméstica,


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

prevista no artigo 129, § 9, do Código Penal, constitui tipo penal autônomo, e não circunstância do crime de lesão corporal.

Pela leitura do artigo 129, § 9º¹, do Código Penal, verifica-se que a violência doméstica é uma circunstância do crime de lesão corporal que enseja uma cominação penal mais elevada (de 3 meses a 3 anos), sendo assim, não há *crime de violência doméstica* como sendo um tipo penal autônomo.

Com efeito, a figura da lesão corporal circunstanciada foi introduzida no Código Penal com as alterações implementadas pela Lei nº 10.866/2004², a fim de dar um tratamento diferenciado para a conduta de lesão corporal praticada no contexto doméstico ou familiar. Nota-se que a lei penal pretendeu estabelecer um tratamento jurídico-penal mais severo para o crime de lesão corporal, quando praticado nesta determinada *circunstância* do convívio familiar, das relações domésticas, de coabitação ou hospitalidade, buscando proteger justamente os atores deste ambiente social. Daí a denominação adotada – lesão corporal circunstanciada, pois nada mais é do que o delito de lesão corporal praticado dentro de determinadas circunstâncias e que mereceu um tratamento diferenciado e mais severo pela lei penal.

Neste sentido é o entendimento do C. Superior Tribunal de Justiça, ao editar a Súmula 542, que tem a seguinte redação:

“A ação penal relativa ao crime de lesão corporal resultante de violência doméstica contra a mulher é pública incondicionada.”

Por outro lado, como bem apontaram as requeridas, o Poder Judiciário tem de examinar os atos administrativos apenas sob o viés da legalidade e, no aspecto dos concursos públicos, a Suprema Corte, em sede de Repercussão Geral, no RE 632.853/CE, Relatado pelo Min. Gilmar Mendes, por seu Pleno, decidiu que:

REPERCUSSÃO GERAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO.

¹ Art. 129. Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem:
(...)

§ 9º Se a lesão for praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade: [\(Redação dada pela Lei nº 11.340, de 2006\)](#)

Pena - detenção, de 3 (três) meses a 3 (três) anos. [\(Redação dada pela Lei nº 11.340, de 2006\)](#)

² Esta lei incorporou ao Código Penal, no art. 129, que trata das lesões corporais, os parágrafos 9º e 10º que prelecionam a violência praticada no âmbito das relações familiares, estabelecendo as figuras de lesão corporal qualificada e causa de aumento, respectivamente.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

DIREITO ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. CONTROLE JUDICIAL DE QUESTÕES E CRITÉRIOS DE CORREÇÃO DE PROVAS. A questão referente à possibilidade de o Poder Judiciário realizar o controle jurisdicional sobre o mérito das questões em concurso público possui relevância social e jurídica, ultrapassando os interesses subjetivos das partes. Repercussão geral reconhecida.

Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial, com exame do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I do Código de Processo Civil.

Sem custas e honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95

P.I.

São Carlos, 17 de abril de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**